

Por Flavio Quintela

Uma das fontes mais abundantes de queixas e lamentações do povo, tanto no Brasil como em outras nações, é a questão da saúde. E, em se falando de saúde, parece que a palavra “pública” vem automaticamente atrelada, como se saúde pública não fosse apenas uma obrigação do Estado, mas quase um 11.º mandamento divino.

A questão costuma levantar dissonâncias mesmo entre pessoas de orientação ideológica semelhante. Entre os que defendem o Estado reduzido, por exemplo, há os que entendem que deve haver um sistema de saúde público, e os que abominam tal ideia. Entre os adeptos do Estado assistencialista, alguns pregam a convivência dos sistemas público e privado, e outros defendem o monopólio estatal sobre todo tipo de tratamento médico para a população. E há ainda certos políticos de esquerda que defendem o sistema público, mas tratam-se no privado – e somente nele.

O ditado popular diz que para tudo há solução, menos para a morte. E é justamente a possibilidade da morte antecipada que torna as doenças tão temidas e o tratamento médico tão valorizado pelas pessoas. Apesar disso, sob um olhar analítico e racional, a importância do cuidado médico na vida de um cidadão não ocupa as posições mais prioritárias de sua escala de necessidades. Comer, por exemplo, é mais essencial à vida do que ter acesso a um hospital. Em muitos lugares onde o clima é mais rigoroso, não ter um local quente para morar pode equivaler à morte. O mesmo se pode dizer das roupas, que são item de primeira necessidade. E por que não falar do transporte, fundamental para o exercício de muitas profissões e, portanto, para o sustento próprio e dos familiares?

Se o Estado não dá comida e nem roupa, por que deveria dar o atendimento médico? Uma pessoa com 50 anos de idade terá feito pelo menos 36,5 mil refeições, sem contar o café da manhã. Considerando que uma refeição, em média, saia por R\$ 3, já que muitas serão feitas em casa e algumas em restaurantes, o valor gasto com alimentação será superior a R\$ 100 mil. A maioria esmagadora das pessoas não gastará nem sequer metade desse valor com despesas médicas.

Mas isso não é tudo. Apesar do nível escorçante de confisco tributário a que o brasileiro é submetido, e das muitas amarras legais que deveriam garantir fundos para o sistema de saúde pública, a situação geral do mesmo é calamitosa. Com exceção de algumas poucas ilhas de excelência – geralmente hospitais e centros médicos ligados a boas faculdades de medicina –, ser atendido no sistema público de saúde é uma aventura com final nem sempre feliz. Somente quem passa pela experiência é capaz de entendê-la: a avó de minha esposa, em sua última internação, foi colocada num corredor, sentada numa cadeira de rodas enferrujada, pois não haveria leito pelos próximos dois dias.

Aqui nos Estados Unidos o tema também é bastante controverso. Existe um certo consenso de que o sistema norte-americano de saúde é caro demais para o paciente, que acaba adquirindo dívidas impagáveis quando passa por algum imprevisto grave. Mas uma coisa é certa: ninguém fica dois dias num corredor esperando atendimento. Os hospitais, privados e de alto nível, atendem ricos e pobres, e nem sequer perguntam na entrada como será paga a conta, que pode ser bem alta. Mas é melhor ficar devendo do que morrer quite. Ademais, manter um hospital de ponta é caro; muitos equipamentos custam mais do que uma pessoa consegue juntar numa vida inteira; os profissionais de saúde são merecidamente bem remunerados; tudo custa muito, e precisa ser cobrado de quem usa. Seguindo essa linha, sugiro ao leitor que tente se internar num hospital como o Sírio-Libanês, onde o ex-presidente Lula costuma se tratar, sem um bom convênio ou sem deixar seu carro como caução.

A interferência do Estado também prejudica a criação de soluções baseadas no altruísmo e na solidariedade, como as clínicas gratuitas onde médicos atendem sem remuneração e os centros

médicos que cobram de acordo com a renda comprovada do paciente, dando descontos a quem deles precisa. Estas são soluções reais que existem hoje nos EUA, mas que estão ameaçadas pela interferência brutal do presidente Barack Obama na dinâmica do sistema de saúde. Mas isso é assunto para uma outra coluna inteira.

Resumindo, saúde nunca é de graça. Saúde custa muito caro e requer competência em sua administração. O Estado, com sua lentidão e incompetência, não é capaz de prover tratamento médico de qualidade para todos os cidadãos, e toda a arrecadação confiscada com esse propósito seria melhor utilizada se permanecesse na conta corrente do cidadão competente. O sistema todo é um fracasso nos moldes socialistas: a igualdade na miséria no lugar da desigualdade na fatura.

**Fonte:** [Gazeta do Povo](#), em 20.08.2015.